

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 100/2025

Institui Gratificação de Serviço ao(à) servidor(a) titular do cargo de Farmacêutico(a) designado(a) para executar serviços específicos no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

MICHAEL KUHN, Prefeito Municipal de Selbach-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, inciso II, da Lei Orgânica do Município, remete a apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Serviço a ser paga ao(à) servidor(a) efetivo(a) titular do cargo de Farmacêutico(a) quando formalmente designado(a) para executar serviços técnicos e atividades essenciais relacionadas às ações de assistência farmacêutica no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A gratificação prevista no art. 1º será devida ao(à) servidor(a) designado(a) para desempenhar, dentre outras, as seguintes atividades:

I - Planejar, organizar e coordenação e execução das atividades relacionadas à assistência farmacêutica municipal.

II - Participar do planejamento e avaliação da farmacoterapia, garantindo o acesso e o uso racional de medicamentos pela população.

III - Promover a integração da assistência farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde (RAS).

IV - Implementar e fiscalizar o cumprimento das políticas e legislações federais, estaduais e municipais, como a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF).

V - Atuar como responsável técnico ou diretor técnico da unidade, respondendo perante os órgãos de fiscalização (CFF/CRF).

VI - Estabelecer, atualizar e reunir periodicamente a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) para manutenção da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME).

Art. 3º - A Gratificação de Serviço será fixada no percentual de **20% (vinte por cento)**, calculado sobre o vencimento básico do cargo de Farmacêutico(a).

Art. 4º A concessão da gratificação ocorrerá somente durante o período em que o(a) servidor(a) estiver oficialmente designado(a) para as atividades descritas nesta Lei, por meio de Portaria expedida pelo(a) Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º A Gratificação de Serviço não se incorporará aos vencimentos do servidor, para quaisquer fins.

Art. 6º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 7º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de dezembro de 2025.

MICHAEL KUHN
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e
Cumpra-se, em 19.12.2025

FABRÍCIO SCHNEIDER
Secretário de Administração,
Fazenda e Planejamento

Elaboração da minuta e visto:

Renan Pedro Knob
OAB-RS 84.781
Assessor Jurídico

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 100/2025
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025**

MENSAGEM

ASSUNTO: Institui Gratificação de Serviço ao(à) servidor(a) titular do cargo de Farmacêutico(a) designado(a) para executar serviços específicos no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME NORMAL

FUNDAMENTAÇÃO: Competência da Lei Orgânica do Município, art. 7º, inciso II.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Anexo encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal n.º 100/2025, para o qual pedimos apreciação no regime normal desta Casa.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir a Gratificação de Serviço ao(à) servidor(a) titular do cargo de Farmacêutico(a) quando designado(a) para executar atividades técnicas essenciais no âmbito da assistência farmacêutica municipal.

A atuação do(a) Farmacêutico(a) é indispensável para o adequado funcionamento da rede pública de saúde, especialmente no que se refere ao controle, armazenamento, dispensação, responsabilidade técnica e gestão dos medicamentos distribuídos à população. Trata-se de função de elevada complexidade e responsabilidade, cuja execução exige conhecimento técnico especializado, cumprimento rigoroso de normas sanitárias e atendimento a obrigações legais perante os órgãos de fiscalização.

Além disso, muitas das atividades desempenhadas extrapolam as atribuições ordinárias do cargo, demandando dedicação adicional, disponibilidade técnica e acompanhamento constante dos fluxos de aquisição, estoque, controle de validade, elaboração de relatórios e orientações às equipes de apoio. Essas tarefas exigem não só conhecimento aprofundado, como também esforço contínuo para assegurar a qualidade e a segurança no uso de medicamentos pelos usuários do sistema público de saúde.

A criação da gratificação proposta tem como objetivo reconhecer e valorizar o exercício dessas funções específicas, garantir maior eficiência administrativa e fortalecer a estrutura da assistência farmacêutica, preservando a legalidade, a transparência e o interesse público.

Importante destacar que a gratificação somente será devida ao(à) servidor(a) quando houver designação formal para o desempenho das atividades descritas, não se incorporando aos vencimentos do servidor, para quaisquer fins, conforme previsto no texto do Projeto de Lei.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Michael Kuhn
Prefeito Municipal

**EXMO SR.
JULIANO HAMMES
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
-NESTA-**